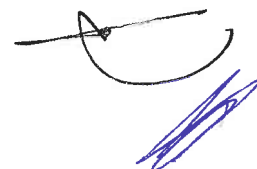




RELATÓRIO DE GESTÃO



1. Introdução

A Prestação de Contas 2013, que inclui o Relatório de Gestão e os Documentos de Prestação de Contas, reflete a atividade municipal desenvolvida, a organização municipal, o capital humano e a situação económica e financeira do Município de Macedo de Cavaleiros.

Pretende-se que estes documentos constituam um importante instrumento de apoio à gestão municipal, onde de uma forma rápida e simples se visualizem informações, através de mapas, gráficos e demais indicadores de análise apresentados, que espelham aquela que foi a atividade desenvolvida durante o ano, e os direitos e obrigações futuras do Município.

Estes documentos foram elaborados de acordo com as normas estabelecidas no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54.º-A/99, de 22 de fevereiro e apresentados conforme estabelece a Resolução do Tribunal de Contas n.º 4/2001 – 2.ª Secção, que aprovou as instruções para a organização e documentação das contas das autarquias locais e entidades equiparadas abrangidas pelo POCAL, publicada no Diário da República n.º 191 – II Série, de 18 de agosto de 2001.

Os documentos de prestação de contas, sendo fundamentais para o controlo e gestão das autarquias locais, devem traduzir fielmente a execução orçamental, patrimonial e económica dos documentos inicialmente aprovados, designadamente os previsionais, que consubstanciam os fundamentos para o desenvolvimento da atividade municipal.

O relatório de 2013 mantém a mesma estrutura dos elaborados anteriormente, o que permite não só uma leitura fácil dos dados, mas também proporciona a quem o lê uma análise comparativa com os anos anteriores.

Nos termos da alínea I) n.º 2 do artigo 25 do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os Documentos de Prestação de Contas, são apreciados e votados pela Assembleia Municipal, devendo ser enviados ao Tribunal de Contas até 30 de abril, conforme o disposto no artigo 51.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro (Lei das Finanças Locais).

Após o termo do exercício não se denotou qualquer facto relevante que possa vir a afetar as contas do Município.



2. Análise Orçamental

2.1. Saldo de Gerência

As Opções do Plano e Orçamento para 2013, foram aprovadas pela Assembleia Municipal e pela Câmara Municipal em 28/12/2012 e 17/12/2012 respetivamente.

A execução das Opções do Plano e do Orçamento, na vertente orçamental pode ser observada, em resumo, no quadro seguinte:

Quadro 1: Resumo da Execução

Saldo da gerência anterior (2012)		66.599,15 €
Receita cobrada na gerência		17.149.945,10 €
	TOTAL	17.216.544,25 €
Despesas pagas na gerência		17.205.707,81 €
Saldo que transita para a gerência seguinte (2014)		10.836,44 €

5

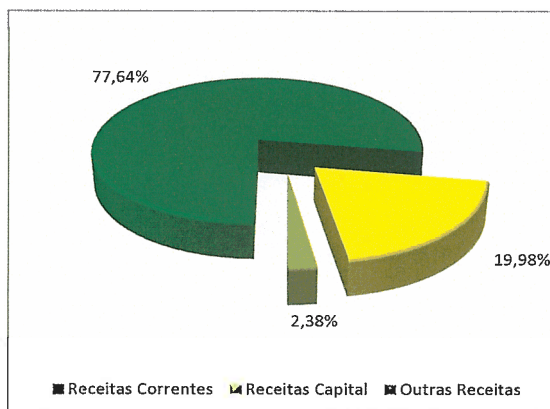
2.2. Execução Orçamental

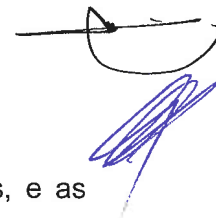
Em termos gerais, a execução orçamental por natureza, em 2013, pode ser observada nos seguintes quadros e gráficos:

Quadro 2: Execução 2013

Receitas Correntes	13.314.322,00 €
Receitas Capital	3.426.684,96 €
Outras Receitas	408.938,14 €
Despesas Correntes	11.510.432,87 €
Despesas Capital	5.695.274,94 €
Receitas Totais	17.149.945,10 €
Despesas Totais	17.205.707,81 €

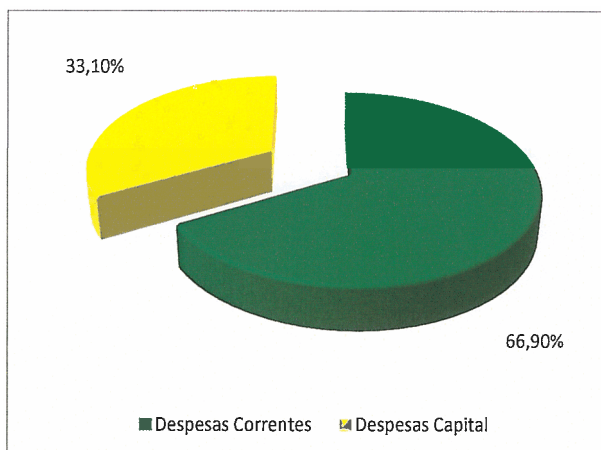
Gráfico 1: Receitas 2013





Verifica-se que as Receitas Correntes representam 77,64% das Receitas Totais, e as Receitas de Capital 19,98%, existindo 2,38% de valor residual para Outras Receitas, representadas principalmente por reposições não abatidas nos pagamentos.

Gráfico 2: Despesas 2013



6

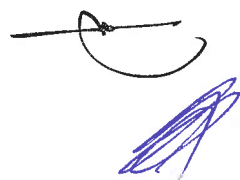
Em relação às Despesas totais, as Despesas Correntes e as Despesas de Capital, tiveram um peso de 66,90% e 33,10%, respetivamente.

Quadro 3: Evolução das Receitas e das Despesas

	2009	2010	2011	2012	2013
Receitas Correntes	11.142.274,43	11.509.452,46	11.198.579,15	12.041.604,93	13.314.322,00
Despesas Correntes	14.760.104,49	10.743.273,43	11.124.328,72	12.302.295,56	11.510.432,87
Receitas de Capital	12.121.566,51	6.280.277,75	6.790.995,80	7.478.587,76	3.426.684,96
Despesas de Capital	8.475.301,83	7.054.275,01	6.885.229,66	7.162.652,90	5.695.274,94
Total Receitas	23.263.840,94	17.789.730,21	17.989.574,95	19.520.192,69	16.741.006,96
Total Despesas	23.235.406,32	17.797.548,44	18.009.558,38	19.464.948,46	17.205.707,81

Em comparação com anos anteriores, no ano de 2013, registou-se um acentuado decréscimo das Despesas de Capital, por impacto sofrido pelo final do Quadro Comunitário de Apoio (QCA) 2007-2013. No entanto, podem ainda ser executados projetos até final do 1º semestre de 2015.

Verifica-se também, um decréscimo das Despesas Correntes, e um aumento das Receitas Correntes, em comparação com o ano de 2012.



2.3. Equilíbrio Orçamental Corrente

A poupança corrente, prevista no ponto 3.1.1. do POCAL, através do princípio do equilíbrio orçamental, em que o orçamento deve prever todos os recursos necessários para cobrir as despesas e que as Despesas Correntes devem ser iguais ou inferiores às Receitas Correntes, quando positiva, representa os montantes correntes que foram libertados, para pagamento de despesas de investimento.

Em 2013, e conforme quadro 4, verificou-se a existência de uma poupança corrente de 1.803.889,13€.

7

Quadro 4: Evolução da Poupança Corrente

	2009	2010	2011	2012	2013
Receitas Correntes	11.142.274,43	11.509.452,46	11.198.579,15	12.041.604,93	13.314.322,00
Despesas Correntes	14.760.104,49	10.743.273,43	11.124.328,72	12.302.295,56	11.510.432,87
Poupança Corrente	-3.617.830,06	766.179,03	74.250,43	-260.690,63	1.803.889,13

Nos gráficos 3 e 4, pode-se observar a evolução da relação entre as Receitas e Despesas Correntes e as Receitas e Despesas de Capital, no período 2009 a 2013.

Gráfico 3: Evolução das Receitas e Despesas Correntes

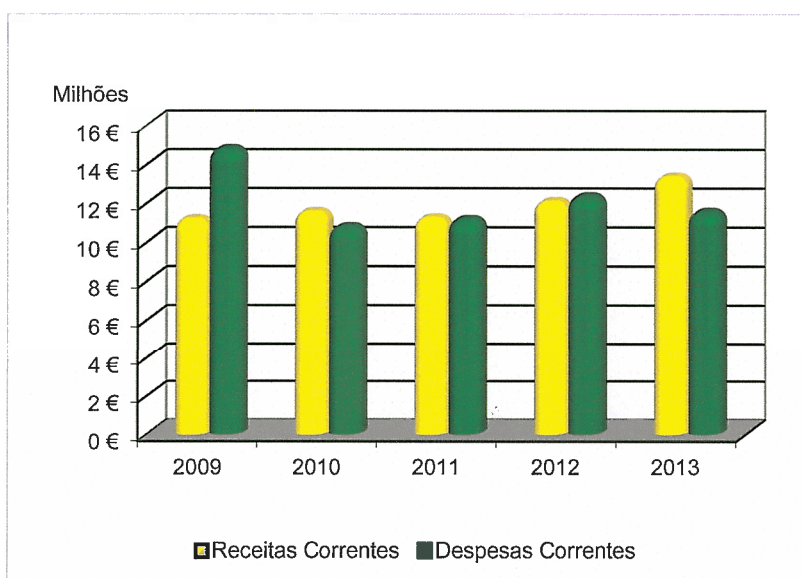
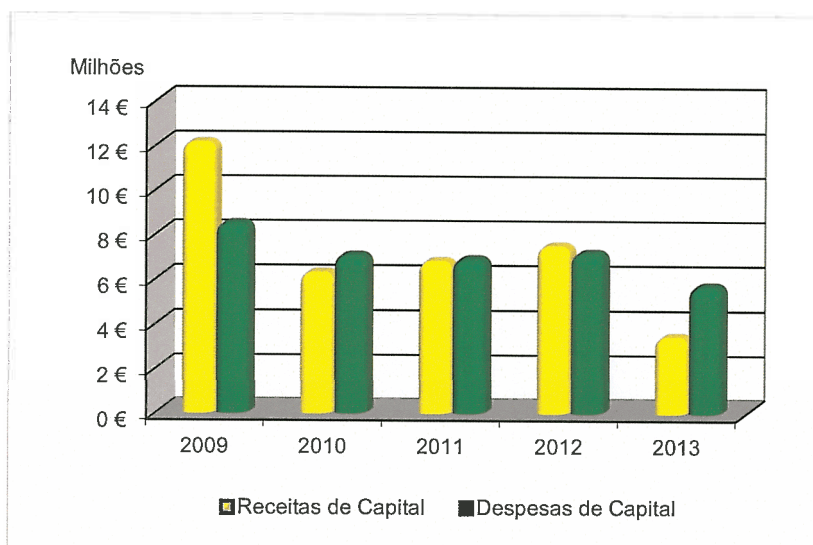




Gráfico 4: Evolução das Receitas e Despesas Capital



8

2.4. Estrutura e Análise da Receita

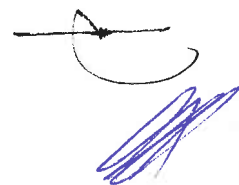
As Receitas Correntes obtiveram uma taxa de execução global, face aos montantes orçados de 95,97%, com uma subida de 5 pontos percentuais em comparação com o ano de 2012.

Os impostos directos e as transferências correntes, que obtiveram execuções de 94,95% e 97,30%, representam em conjunto, cerca de 76%, das receitas correntes.

As rubricas referidas em termos absolutos representam cerca de 10.145.000€.

Quadro 5: Receitas Correntes

	Orçado	Executado	Execução
Impostos Directos	2.038.509,20	1.935.603,54	94,95%
Impostos Indirectos	34.039,88	11.519,19	33,84%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	865.973,01	885.660,27	102,27%
Rendimentos da Propriedade	1.256.350,00	1.091.997,24	86,92%
Transferências Correntes	8.438.162,15	8.210.137,21	97,30%
Venda de Bens e Serviços Correntes	1.135.516,16	1.090.009,40	95,99%
Outras Receitas Correntes	105.500,00	89.395,15	84,73%
Total	13.874.050,40	13.314.322,00	95,97%

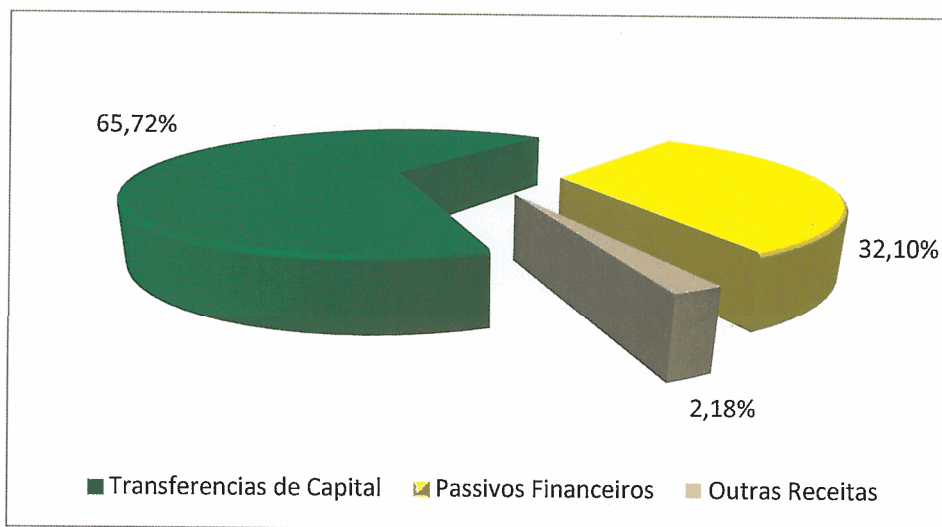


As receitas de capital, registaram uma execução global de 59,41%.

As transferências de capital, provenientes principalmente do Orçamento de Estado e dos contratos de cofinanciamento para investimentos no âmbito do QREN, têm um peso relativo de 65,72%, nas receitas de capital, e um valor absoluto de 2.252.040,75€.

Os passivos financeiros apenas se referem ao empréstimo de curto prazo contratado no início do ano e que foi integralmente amortizado, até final de 2013.

Gráfico 5: Receitas de Capital



9

Nos últimos 5 anos as fontes de investimento, por grandes grupos, registou a seguinte evolução.

Quadro 6: Evolução das Receitas

	2009	2010	2011	2012	2013
Transferência de Capital	4.980.790,61	4.716.160,49	5.556.891,69	6.227.299,61	2.252.040,75
Transferência Correntes	7.208.150,52	7.110.296,24	6.891.798,10	7.137.514,70	8.210.137,21
Receitas Próprias da Câmara	4.006.615,51	4.584.479,51	4.380.885,16	5.035.378,38	5.587.767,14
Passivos Financeiros	7.068.284,30	1.378.793,97	1.160.000,00	1.120.000,00	1.100.000,00
Receitas Totais	23.263.840,94	17.789.730,21	17.989.574,95	19.520.192,69	17.149.945,10
<i>Peso das Receitas Próprias %</i>	17,22%	25,77%	24,35%	25,80%	32,58%

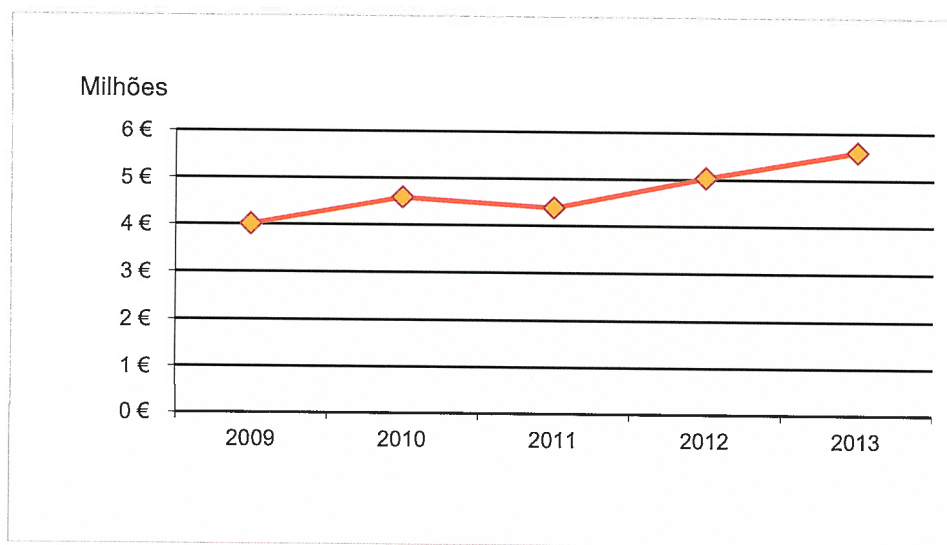
Verifica-se novamente um aumento das receitas próprias, registando no final do ano 32,58%, face às Receitas Totais.

O aumento ocorrido de cerca 7% deveu-se, ao aumento das receitas próprias, no valor de 552.388,76€, e também à variação negativa ocorridas nas transferências obtidas.

A variação em valor das receitas próprias, é justificada substancialmente, pela reavaliação ocorrida dos imóveis, que originou um aumento da receita, apesar de não se ter verificado alteração das taxas aplicadas em 2012 para 2013.

Em termos evolutivos de valor, no período de 2009 a 2013, as receitas próprias registam o seguinte comportamento:

Gráfico 6: Evolução Receitas Próprias



2.5. Estrutura e Análise da Despesa

A taxa de execução das despesas correntes de 93,05%, mantém-se na linha da taxa registada no ano anterior (92,86%), registando-se inclusive um ligeiro aumento.

As despesas com pessoal representaram, em 2013, cerca de 39% do total das despesas correntes, tendo registado ligeiro aumento em comparação com o ano anterior, em virtude do pagamento do subsídio de férias, que em 2012 foi suspenso, pela Lei do Orçamento de Estado para 2012.

Em termos de execução, a aquisição de bens e serviços absorveram em 2013 cerca 47% das despesas correntes, e registaram uma execução face a valores orçados de 90,01%.

No âmbito da cooperação existente entre o Município e as outras instituições do concelho, concretizada através contratos-programa e/ou acordos de cooperação, para efetivação de várias atividades, em 2013, foi transferido o valor de 1.344.651,37€, verificando-se uma taxa de execução de 88,71%, e um peso nas despesas correntes de 12,25%.

Os juros e outros encargos, diminuíram em comparação com 2012, cerca de 70.000€, devido sobretudo à diminuição das taxas de juro, registando-se um peso em relação as despesas correntes de 1,67%.

Quadro 7: Estrutura das Despesas Correntes

	Orçado	Executado	Execução
Despesas com o Pessoal	4.854.365,42	4.773.450,10	98,33%
Aquisição de Bens e Serviços	5.691.691,18	5.122.898,75	90,01%
Juros e outros encargos	205.996,96	192.469,83	93,43%
Transferencias Correntes	1.515.727,35	1.344.651,37	88,71%
Subsidios	50.000,00	37.690,01	75,38%
Outras despesas correntes	52.281,25	39.272,81	75,12%
Total	12.370.062,16	11.510.432,87	93,05%

11

Nas despesas de capital, destaca-se a taxa de execução global de 73,56%, e a taxa de execução da rubrica de aquisição de bens de capital de 54,24%.

Durante o ano de 2013, foi amortizado endividamento de médio e longo prazo de 1.633.834,56€.

Quadro 8: Estrutura das Despesas Capital

	Orçado	Executado	Execução
Aquisição de Bens de Capital	3.760.804,85	2.040.040,34	54,24%
Transferencias de Capital	1.244.370,96	921.400,04	74,05%
Passivos Financeiros	2.736.940,54	2.733.834,56	99,89%
Total Despesas	7.742.116,35	5.695.274,94	73,56%

2.6. Rácios Orçamentais

Dos rácios orçamentais, observados no quadro seguinte, constata-se que a receita corrente representou 77,63% da receita total, o que permitiu às despesas de capital obter um rácio de 22,37%, face à despesa total.

Quadro 9: Rácios Orçamentais

	2009	2010	2011	2012	2013
Rácios de Estrutura da Receita					
Receita Corrente/Receita Total	47,90%	64,70%	62,25%	61,69%	77,63%
Impostos Directos/Receita Total	5,55%	7,54%	7,90%	8,76%	11,29%
Rácios de Estrutura da Despesa					
Despesa de Capital/Despesa Total	36,48%	39,64%	38,23%	36,80%	33,10%
Transferências de Capital/Despesa Total	4,19%	5,03%	3,06%	1,06%	5,36%
Despesas de Pessoal/Despesa Total	21,64%	30,04%	28,79%	23,14%	27,74%
Aquis. Bens e Serviços Correntes/Despesa Total	32,17%	20,00%	22,26%	30,23%	29,77%
Serviço da Dívida/Despesa Total	10,47%	17,04%	16,76%	14,88%	10,61%
Rácios de Financiamento da Despesa					
Despesas de Pessoal/Receita Total	21,62%	30,05%	28,82%	23,08%	27,83%
Despesa Corrente/Receita Corrente	132,47%	93,34%	99,34%	102,16%	86,45%
Aquis. Bens e Serviços Correntes/Receita Corrente	67,08%	30,93%	35,79%	48,86%	38,48%
Despesa Capital/Receita Capital	69,92%	112,32%	101,39%	95,78%	166,20%

12

As despesas com pessoal representam 27,83% face as receitas totais, em virtude do pagamento do subsídio de férias referido anteriormente, e da diminuição das receitas globais arrecadadas.

A nova diminuição do peso do serviço da dívida na despesa total, de 14,88% para 10,61%, reflete as amortizações efetuadas e a diminuição dos juros pagos.

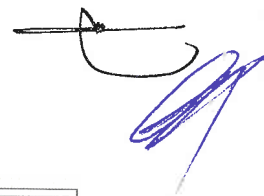
2.7. Execução das Grandes Opções do Plano (GOP's)

As Grandes Opções do Plano tiveram uma dotação corrigida final, para 2013, de 7.533.612,54€, distribuída pelas Funções previstas no POCAL

O Plano Plurianual de Investimentos e o Plano de Atividades Municipal, registaram em 2013, taxas de execução de 54,24% e 81,27%.

Em termos globais, decorrente da agregação dos dois Plano referidos, as Grandes Opções do Plano, registaram uma taxa de execução de 67,78%.

Em termos de valor, o montante pago, de rubricas previstas nas Grandes Opções do Plano, foi de 5.106.290,28€.



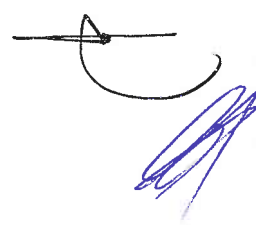
Quadro 10: Previsão Final das GOP's

Obj. Prog.	DESCRIÇÃO	Sub-Total	%	Total	%
1.	Funções Gerais				
1.1.0.	Serviços gerais da administração pública				
1.1.1.	Administração geral	139.346,08	1,8%		
1.2.0.	Segurança e ordem pública				
1.2.1.	Protecção civil e luta contra incêndios	194.907,16	2,6%	334.253,24	4,4%
2.	Funções Sociais				
2.1.0.	Educação				
2.1.1.	Ensino não superior	764.624,11	10,1%		
2.3.0.	Segurança e acção sociais				
2.3.2.	Acção social	259.600,94	3,4%		
2.4.0.	Habituação e serviços colectivos				
2.4.2.	Ordenamento do território	1.388.446,03	18,4%		
2.4.3.	Saneamento	181.900,27	2,4%		
2.4.4.	Abastecimento de água	90.533,97	1,2%		
2.4.5.	Resíduos sólidos				
2.4.6.	Protecção meio ambiente e conservação natureza	60.000,00	0,8%		
2.5.0.	Serviços culturais, recreativos e religiosos				
2.5.1.	Cultura	241.040,62	3,2%		
2.5.2.	Desporto, recreio e lazer	112.974,83	1,5%		
2.5.3.	Outras actividades cívicas e religiosas	142.989,08	1,9%	3.242.109,85	43,0%
3.	Funções Económicas				
3.2.0.	Indústria e energia	29.600,00	0,4%		
3.3.0.	Transportes e comunicações				
3.3.1.	Transportes rodoviários	2.293.264,48	30,4%		
3.4.0.	Comércio e turismo				
3.4.1.	Mercados e feiras	323.586,15	4,3%		
3.4.2.	Turismo	401.943,40	5,3%		
3.5.0.	Outras funções económicas	25.830,00	0,3%	3.074.224,03	40,8%
4.	Outras Funções				
4.3.0.	Diversas não especificadas	883.025,42	11,7%	883.025,42	11,7%
	TOTAL GERAL	7.533.612,54	100%	7.533.612,54	100%

13

Quadro 11: Resumo dos Pagamentos das GOP's

Obj. Prog.	DESCRIÇÃO	PPI	PAM	GOP's	%
1.	Funções Gerais	60.538,12	231.712,07	292.250,19	5,72%
1.1.0.	Serviços gerais da administração pública	48.067,64	54.275,39	102.343,03	2,0%
1.1.1.	Administração geral	48.067,64	54.275,39	102.343,03	2,0%
1.2.0.	Segurança e ordem pública	12.470,48	177.436,68	189.907,16	3,7%
1.2.1.	Protecção civil e luta contra incêndios	12.470,48	177.436,68	189.907,16	3,7%
2.	Funções Sociais	1.199.814,26	1.277.500,74	2.477.315,00	48,51%
2.1.0.	Educação	0,00	649.671,70	649.671,70	12,7%
2.1.1.	Ensino não superior	0,00	649.671,70	649.671,70	12,7%
2.3.0.	Segurança e acção sociais	12.495,60	207.574,71	220.070,31	4,3%
2.3.2.	Acção social	12.495,60	207.574,71	220.070,31	4,3%
2.4.0.	Habituação e serviços colectivos	1.126.549,50	74.464,80	1.201.014,30	23,5%
2.4.2.	Ordenamento do território	968.068,30	14.464,80	982.533,10	19,2%
2.4.3.	Saneamento	119.233,62	0,00	119.233,62	2,3%
2.4.4.	Abastecimento de água	39.247,58	0,00	39.247,58	0,8%
2.4.5.	Resíduos sólidos	0,00	0,00	0,00	0,0%
2.4.6.	Protecção meio ambiente e conservação natureza	0,00	60.000,00	60.000,00	1,2%
2.5.0.	Serviços culturais, recreativos e religiosos	60.769,16	345.789,53	406.558,69	8,0%
2.5.1.	Cultura	0,00	197.045,78	197.045,78	3,9%
2.5.2.	Desporto, recreio e lazer	20.530,08	73.743,75	94.273,83	1,8%
2.5.3.	Outras actividades cívicas e religiosas	40.239,08	75.000,00	115.239,08	2,3%
3.	Funções Económicas	756.638,23	766.065,23	1.522.703,46	29,82%
3.1.0.	Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	0,00	0,00	0,00	0,0%
3.2.0.	Indústria e energia	0,00	0,00	0,00	0,0%
3.3.0.	Transportes e comunicações	652.259,83	470.500,00	1.122.759,83	22,0%
3.3.1.	Transportes rodoviários	652.259,83	470.500,00	1.122.759,83	22,0%
3.4.0.	Comércio e turismo	104.378,40	295.565,23	399.943,63	7,8%
3.4.1.	Mercados e feiras	0,00	245.565,23	245.565,23	4,8%
3.4.2.	Turismo	104.378,40	50.000,00	154.378,40	3,0%
3.5.0.	Outras funções económicas	0,00	0,00	0,00	0,0%
4.	Outras Funções	23.049,73	790.971,90	814.021,63	15,94%
4.3.0.	Diversas não especificadas	23.049,73	790.971,90	814.021,63	15,9%
	TOTAL	2.040.040,34	3.066.249,94	5.106.290,28	100,0%



3. Análise Financeira

3.1. Análise do Balanço

O Balanço e o Sistema Contabilístico adequam-se ao previsto no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), espelhando a situação patrimonial da autarquia em 31 de dezembro de 2013.

Quadro 12: Evolução do Balanço 2012-2013

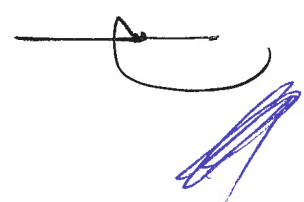
Designação	2012		2013		Variação %
	Valor	Peso	Valor	Peso	
Activo					
Imobilizado	57.990.013	93,16%	57.339.133	94,64%	-1,12%
Circulante	4.131	0,01%	4.144	0,01%	0,32%
Dívidas de terceiros	1.984.137	3,19%	996.274	1,64%	-49,79%
Disponibilidades	994.840	1,60%	839.817	1,39%	-15,58%
Acrescimos e diferimentos	1.272.355	2,04%	1.405.696	2,32%	10,48%
Total Activo Líquido	62.245.475	100%	60.585.063	100%	-2,67%
Fundos Próprios e Passivo					
Património	24.409.773	78,89%	24.409.773	78,10%	0,00%
Reservas	1.380.634	4,46%	1.449.883	4,64%	5,02%
Resultados transitados	3.764.950	12,17%	5.080.676	16,26%	34,95%
Resultados líquido do exercício	1.384.975	4,48%	313.224	1,00%	-77,38%
Total Fundos Próprios	30.940.331	100%	31.253.555	100%	1,01%
Passivo					
Dívidas a terceiros - MLP	10.987.481	35,10%	9.370.416	31,95%	-14,72%
Dívidas a terceiros - Curto prazo	11.177.291	35,70%	10.725.634	36,57%	-4,04%
Acréscimos e diferimentos	9.140.371	29,20%	9.235.457	31,49%	1,04%
Total do Passivo	31.305.144	100%	29.331.508	100%	-6,30%

A 31 de dezembro de 2013 o ativo líquido total apresenta o valor de 60.585.063€, com uma variação de -2,67% face ao mesmo período do ano anterior.

Verifica-se uma diminuição das dívidas de terceiros, devido ao recebimento de verbas FEDER, e uma diminuição das rubricas de imobilizado, inerente às amortizações do ano.

Relativamente aos Fundos Próprios constata-se uma variação positiva de 1,01% face a 2012, essencialmente devido ao resultado líquido do exercício.

No que se refere ao passivo, mais concretamente ao passivo exigível a curto, médio e longo prazo, que representa os valores em dívida do município, verifica-se uma variação absoluta de -2.068.723€ e percentual de -9,33%, face ao ano anterior. Observa-se que as dívidas a terceiros de curto prazo e de médio e longo prazo têm um peso de 36,57% e 31,95% respetivamente.



3.2. Análise da Demonstração de Resultados

A Demonstração de Resultados por natureza adequa-se ao previsto no POCAL, apresentando os resultados das operações económicas (custos e proveitos) da Autarquia durante o ano de 2013.

Quadro 13: Evolução da Demonstração de Resultados

Designação	2012		2013	
	Valor	%	Valor	%
Custos e Perdas				
Fornecimentos e Serviços Externos	7.020.560	48,79%	6.739.307	44,74%
Transferências e Subsídios				
Correntes Concedidos e Prestações Sociais	1.063.732	7,39%	1.120.460	7,44%
Custos com o Pessoal	4.574.683	31,79%	4.775.150	31,70%
Outros Custos e Perdas Operacionais	41.874	0,29%	30.267	0,20%
Amortizações do Exercício	1.082.835	7,53%	913.347	6,06%
Provisões do exercício	32.783	0,23%	68.240	0,45%
Custos e Perdas Financeiras	291.898	2,03%	183.231	1,22%
Custos e Perdas Extradordinárias	280.058	1,95%	1.234.190	8,19%
	14.388.422	100%	15.064.192	100%
Proveitos e Ganhos				
Vendas e Prestação de Serviços	1.080.905	6,85%	1.055.196	6,86%
Impostos e Taxas	2.710.944	17,19%	2.669.810	17,36%
Transferências e Subsídios Obtidos	10.740.316	68,09%	10.019.113	65,15%
Proveitos e Ganhos Financeiros	1.165.269	7,39%	1.202.991	7,82%
Proveitos e Ganhos Extraordinários	75.963	0,48%	430.305	2,80%
	15.773.397	100%	15.377.416	100%

Os custos e perdas reconhecidos no exercício de 2013 apresentam, no seu conjunto uma variação de 4,70% face ao ano anterior.

Os proveitos e ganhos reconhecidos no exercício de 2013, variam face ao ano anterior em -2,51%.

Do balanceamento entre os custos e proveitos apura-se o Resultado Líquido do Exercício, conforme se demonstra no quadro infra.

Quadro 14: Resumo do Resultado Líquido

	2012	2013
Resultados Operacionais (1)	715.698,53	97.348,84
Resultados Financeiros (2)	873.370,42	1.019.759,99
Resultados Correntes (3) = 1 + 2	1.589.068,95	1.117.108,83
Resultados Extraordinários (4)	-204.094,19	-803.884,48
Resultado Líquido do Exercício (5) = 3 + 4	1.384.974,76	313.224,35

Constata-se um resultado líquido do exercício positivo de 313.224,35€, substancialmente inferior ao registado no ano anterior, em consonância com as variações indicadas anteriormente.

Não obstante, o resultado líquido ter sido positivo, deve-se salientar que as especificidades da Administração Local, são diferenciadoras do sector empresarial, dado que o seu âmbito não é a obtenção de lucro mas sim a satisfação das necessidades coletivas.

3.3. Indicadores Económico-Financeiros

Os indicadores económico-financeiros têm, na generalidade, a manutenção da evolução que evidencia um bom desempenho do Município em 2013.

Os indicadores de estrutura do Ativo registam em comparação com o mesmo período do ano anterior variações que permitem aferir de uma melhor condição do Município.

A contínua diminuição do endividamento de médio e longo prazo, que se tem vindo a registar nos últimos anos, permite uma melhoria das garantias do Município perante as entidades financiadoras, facto que ganha mais valor com a estabilização e diminuição obtida do endividamento não bancário.

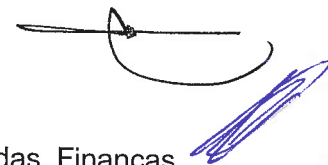
Quadro 15: Indicadores

Indicadores	2012	2013
Estrutura do Activo		
Activo fixo / Activo total	93,16%	94,64%
Activo circulante / Activo total	6,83%	5,35%
Activo fixo / Activo circulante	1364,04%	1768,75%
Estrutura do Passivo		
Passivo longo prazo / Passivo exigível	49,57%	46,63%
Passivo curto prazo / Passivo exigível	50,43%	53,37%
Passivo curto prazo / Passivo longo prazo	101,73%	114,46%
Análise do Activo Fixo		
Activo fixo / Endividamento a MLP	527,78%	611,92%
Amortizações exercício / variação imobilizado	46,28%	-140,33%
Análise do Passivo Exigível		
- coeficiente de endividamento		
Passivo exigível / Fundos Próprios	0,72	0,64
- coeficiente de endividamento a curto prazo		
Exigível a curto prazo / Fundos Próprios	0,36	0,34
- coeficiente de endividamento a longo prazo		
Exigível a médio e longo prazo / Fundos Próprios	0,36	0,30
Exigível a médio e longo prazo / Imobilizado Corporeo	0,60	0,51
Grau de Autonomia		
Fundos Próprios / Activo	49,71%	51,59%
Índice de Liquidez Imediata		
Disponibilidades / Exigível a curto prazo	0,1	0,1
Índice de Solvencia		
Activo / Passivo exigível	2,8	3,0

O aumento do índice de solvência representa a cobertura que o ativo do Município, garante ao passivo exigível.

3.4. Endividamento

Com a publicação da Lei nº 2/2007, de 15 de janeiro (Lei das Finanças Locais), o conceito de endividamento, bem como os critérios que fixam o limite desse endividamento mudaram significativamente. O referencial passou a ser o endividamento líquido municipal compatível com o conceito de necessidades de financiamento do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais (SEC95).



O endividamento de médio e longo prazo é fixado nos termos da Lei das Finanças Locais, e não pode exceder em 31 de dezembro de cada ano, a soma do montante das receitas provenientes de impostos municipais, das participações do município no FEF, da participação do IRS referida na alínea c) do n.º 1 do artigo 19.º, da derrama e da participação nos resultados do sector empresarial local relativas ao ano anterior.

Nos termos do disposto no artigo 98.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2013) o limite de endividamento líquido, corresponde ao menor dos seguintes valores:

- a) Limite de endividamento líquido de 2012;
- b) Limite resultante do disposto no n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n. os 22 -A/2007, de 29 de junho, 67 -A/2007, de 31 de dezembro, 3 -B/2010, de 28 de abril, 55 -A/2010, de 31 de dezembro, 64 -B/2011, de 30 de dezembro, e 22/2012, de 30 de maio.”

Também, termos do disposto no artigo 98.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2013) o limite de endividamento de médio e longo prazos é o calculado nos termos do artigo 39.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n. os 22 -A/2007, de 29 de junho, 67 -A/2007, de 31 de dezembro, 3 -B/2010, de 28 de abril, 55 -A/2010, de 31 de dezembro, 64 -B/2011, de 30 de dezembro, e 22/2012, de 30 de maio.

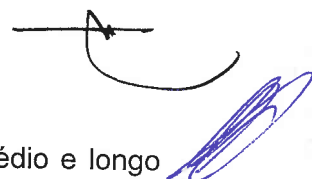
Assim, para o Município de Macedo de Cavaleiros ficaram determinados os limites seguintes:

- Endividamento líquido: 13.825.997€;
- Endividamento de médio e longo prazos: 11.060.797€.

No quadro seguinte pode-se verificar a posição do Município face ao limite de endividamento líquido e ao limite de endividamento de médio e longo prazo a 31 de dezembro de 2013.

Quadro 16: Limites de Endividamento em 2013

	Valores dívida a 31/12/2013	Valores Excepcionados	Valor Endividamento a considerar	Limites Municipais em 2013
Endividamento de Médio e Longo Prazo	9.370.416,18	486.993,98	8.883.422,20	11.060.797,00
Endividamento Líquido	15.435.973,27	486.993,98	14.948.979,29	13.825.997,00



Verifica-se que existe uma margem de 2.177.374€ no endividamento de médio e longo prazo, e um excesso de 1.122.982€ no endividamento líquido, estando assim obrigado o Município a reduzir no mínimo, durante o ano de 2014, 10% do valor em excesso, caso não cumpra com a redução mínima, poderá estar sujeito a reduções nas transferências do Orçamento de Estado em montante equivalente ao valor em excesso.

3.5. Proposta de Aplicação de Resultados

Nos termos do ponto n.º 2.7.3. do POCAL, o resultado líquido do exercício positivo pode ser repartido em reforço do Património e/ou constituição ou reforço de Reservas Legais, sendo que nos termos do n.º 2.7.3.5, também do POCAL, deve constituir-se o reforço anual da conta 571 - Reservas Legais, no valor mínimo de 5% do Resultado Líquido do Exercício.

Nestes termos propõe-se que o Resultado Líquido de 313.224,35€ apurado no exercício de 2013 tenha a seguinte aplicação:

- Reservas Legais – 15.661,22€;
- Resultado Transitados – 297.563,13€.

4. Estrutura de Pessoal

À data de 31 de Dezembro de 2013 o pessoal ao serviço no Município por tipo de vínculo e categoria profissional era o seguinte.

Quadro 16: Estrutura de Pessoal

	PESSOAL AO SERVIÇO NOS MUNICÍPIOS POR GRUPO PROFISSIONAL									Total
	Dirigente	Técnico Superior	Coordenador Técnico	Assistente Técnico	Encarregado Operacional	Assistente Operacional	Fiscal Municipal	Especialista de Informática	Técnico de Informática	
Trabalhadores com contrato de trabalho por tempo indeterminado em funções públicas	4	39	8	37	5	146	3	1	2	245
Trabalhadores com contrato de trabalho a termo resolutivo certo	0	2	0	1	0	0	0	0	0	3
Trabalhadores com contrato de trabalho a termo resolutivo incerto	0	23	0	0	0	0	0	0	0	23
Trabalhadores com contrato de trabalho a termo resolutivo certo - Programa vida emprego	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Pessoal requisitado, destacado ou em Comissão de serviço, de outras entidades, a exercer funções no município	0	2	0	0	0	0	0	0	0	2
Programa de Estágios Profissionais na Administração Local	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	4	66	8	38	5	146	3	1	2	273